

Congresso reabre para votar 4 medidas

O presidente Fernando Collor assina hoje uma mensagem convocando extraordinariamente o Congresso Nacional para votar quatro medidas provisórias consideradas urgentes e relevantes pelo Governo. A mensagem, que será publicada amanhã no **Diário Oficial da União**, vai levar os parlamentares a interromper seu recesso para voltar a trabalhar na próxima quarta-feira, dia 9. Collor assinou a reedição na íntegra da Medida Provisória 273, tratando da política salarial do Governo, que perdeu a validade no último sábado. A reedição sai hoje no **Diário Oficial**. O Congresso não era convocado durante o recesso pelo presidente da República desde o Governo Costa e Silva.

A medida provisória dos salários havia sido substituída por um projeto de conversão aprovado pelo Congresso, que reestabelecia a indexação pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e estendia aos funcionários

públicos civis e militares, a aposentados e a pensionistas o abono concedido pelo Governo para janeiro, além de repetí-lo nos meses de fevereiro e março. Como já existe uma decisão de Governo para vetar integralmente o projeto de conversão do Congresso — o Presidente tem até o dia 8 para publicar o veto —, Collor decidiu editar nova medida provisória para não deixar o País sem política salarial já no primeiro dia útil do ano.

A nova medida incluirá o abono escalonado em janeiro somente para os empregados da iniciativa privada. Pela proposta do Governo, quem ganha até Cr\$ 12 mil terá abono de 12 por cento. A faixa salarial entre Cr\$ 12 mil e Cr\$ 36 mil receberá 9 por cento. Acima de Cr\$ 36 mil até Cr\$ 60 mil, o abono será de 7 por cento. E os salários entre Cr\$ 60 mil e Cr\$ 120 mil terão abono de 5 por cento. A medida provisória do Governo estabelece o princípio da livre negociação

para os salários.

Collor decidiu também, durante a primeira reunião do ano com seus auxiliares diretos, incluir na pauta do Congresso as votações das medidas provisórias 288, 289 e 290, que tratam respectivamente da privatização ou extinção da estatal Lloyd, do Imposto Territorial Rural e das mensalidades escolares. Essas três medidas perdem sua validade se não forem votadas até o dia 17.

“O Presidente entendeu que era seu dever convocar os parlamentares, porque o País não podia, por imposição de um recesso, ficar sem política salarial”, explicou o porta-voz da Presidência, Cláudio Humberto Rosa e Silva. Segundo ele, o Governo confia no retorno dos parlamentares ao trabalho, apesar do senador Nelson Carneiro, já ter dito que dificilmente haverá quorum para as votações. “Como sempre o Congresso não faltará a suas responsabilidades”, avaliou Cláudio Humberto.